

GONTIJO, Clovis Salgado. *Ressonâncias noturnas: do indizível ao inefável*. Coleção Filosofia vol. 89. São Paulo: Loyola, 2017, 391 p.

Para os que se interessam pelo tema da *noite*, em seus vários aspectos (filosóficos, literários, musicais, artístico, etc.), bem como pelas nuances conceituais dela derivadas tais como: o noturno, o silencioso, a morte, o inefável, o livro de Clovis Salgado Gontijo é, sem sombra de dúvida, uma excelente trilha, com diversas sendas sem, no entanto, perder ou fazer-nos perder o fio de Ariadne que conduz toda a obra. Dividida em três partes com nove capítulos, além da introdução e conclusão, as *Ressonâncias noturnas* partem do centro originário do pensamento ocidental (os mitos), passam pela aurora da filosofia grega, pelo pensamento judaico-cristão e chegam ao Romantismo como última parada antes de adentrar, de modo fecundo, no pensamento de Vladimir Jankélévitch.

O capítulo que abre a primeira parte do livro problematiza, sob o título de *Os paradoxos de uma arte noturna*, a função da obra de arte, originalmente tida como destinada à contemplação estética mediante os sentidos, como algo que pode ser concebida em sua natureza mais abissal e desconhecida. Fazendo um percurso pelo pensamento da grande mística Edith Stein, a poesia de Manoel Bandeira e João da Cruz, Gontijo expressa, de modo claro, como a temática do noturno, nesses autores, permaneceu atrelada à uma experiência da morte e do vazio graças a proposta de esvaziamento teórico e o “entorpecimento da sensibilidade” (p. 33). Essa

concepção conduz o autor a questionar a possibilidade de superação de uma visão do *noturno* que, ao contrário de manter-se atrelada às ideias de indefinido, sem forma e delimitação estéril para os sentidos, possa ser pensada em termos positivos e “luminosos”. A primeira abordagem, presente no capítulo segundo, faz uma análise, extremamente rica, das cosmovisões ocidentais gregas, judaico-cristãs e modernas.

Iniciando com a *Teogonia* de Hesíodo (Século VIII. a.C.), o autor mostra como, nesse contexto, a noite (*Nyx*) permaneceu associada ao desconhecido e ao mistério. Conjugando *não representação* e *inexpressividade*, Hesíodo radicalizou, segundo Gontijo, o aspecto negativo da noite. Isso pode ser constatado na divisão dos grupos oriundos da genealogia da noite, que são: *Moros*, *Kér* e *Thanatos* traduzidos, respectivamente, como Fado, Desgraça e Morte. Em um segundo grupo estariam *Hypnos* e a raça dos Sonhos (*Hypnos*, *phylé*, *Oneiron*, traduzidos como *inconsciência* e *ilusão*) Como se pode observar, os descendentes da Noite trazem um caráter desvalorativo marcado pelo Engano (*Apaté*), Velhice (*Géras*) e Guerra (*Eris*). Compondo uma tríade negativa teríamos “não ser”, “não viver” e “não saber” todos sob o signo da negatividade da privação (p. 39).

A Noite, como fundamento do cosmo, expressaria, segundo o autor, o estado primordial que, paradoxalmente, se contraporía aos já aludidos sentidos de inexprimível e sem representação. No campo da filosofia, nenhum autor melhor representa um certo dualis-

mo Noite/Dia do que Parmênides de Eléia (Século V a.C.). Nesse ponto, Clovis Salgado faz um mergulho no que ficou conhecido como *Proêmio* ou *Sobre a natureza* texto basilar para o entendimento da filosofia grega e do pensamento ocidental como um todo. Semelhantemente a Hesíodo, Parmênides manteve a complementariedade entre os elementos noturno-escuro e diurno-luminoso (p. 43). Adentrando na análise do texto parmenídico, Gontijo conclui pelo mantimento, no filósofo de Eléia, da aproximação entre o registro noturno e o âmbito do não-ser (p. 45), devido à associação da noite ao esquecimento e ao distanciamento em relação à verdade (*alétheia*).

Já com Platão, terceiro e último modelo investigado nesse capítulo, o autor mantém sua análise do aspecto, também, depreciativo que a imagem da noite, associada à ignorância em contraposição à luz, assume no pensamento do mestre da Academia. Símbolo máximo dessa contraposição residiria na imagem do Sol, presente no livro VII de *A República* (514a – 531 a) e suas implicações no âmbito da *episteme* platônica. Gontijo é bastante sintético, mas pontual ao desenvolver sua crítica ao modelo platônico a partir da prioridade dada à visão em relação aos outros sentidos. Tanto no âmbito do sensível, quanto do inteligível, a conexão entre o “ver” (contemplação) e o “visto” (ideias) está mediada pela imagem da luz.

Embora centrando-se, basicamente, no texto de *A República*, a análise não deixa de ser bastante ilustrativa no que concerne à totalidade do pensamento platônico já que retira implicações epistêmicas, ontológicas, éticas e estéticas nas quais o tema da luminosidade é decisivo. Uma passagem, extraída de *A República* (508c), resume bem o tema tratado, diz Sócrates: “voltamos nosso olhar para coisas coloridas sem a pre-

sença da luz do dia e que só contam com a obscuridade noturna, os olhos ficam turvos e parecem quase cegos, como se não houvesse mais neles a visão pura”.

Como se pode perceber, há uma completa implicação entre a visão, os objetos e a luz como condição para o conhecimento. Ontologia e epistemologia convergem, em Platão, na imagem luminosa do ser que, enquanto tal, é “*tó ekphanestáton*”, isto é, “o que há de mais luminoso” (p. 56).

Seguindo o percurso histórico escolhido, Gontijo adentra, de modo pontual, na tradição judaico-cristã retirando consequências, tanto no *Antigo testamento*, quanto no *Novo*. O Verbo iluminado de João encontra, em Cristo “Deus-Luz”, sua encarnação mais luminosa. Apoiando-se em várias citações de autores das religiões como Mircea Eliade, Durand, Paul Evdokimov, somente para citar alguns, Clovis Salgado realiza seu trabalho interpretativo mediante a contraposição entre “luz e trevas”. Para tanto, diversas citações bíblicas são elencadas como testemunhos de um pensamento que, embora problematizando as relações entre luz e noite (em alguns aspectos como “treva”, “pacto” e “escatológico”) aprofunda, em quatro níveis (epistemológico, ontológico, ético e estético), a negatividade do simbolismo noturno.

No aspecto epistemológico, a centralidade no papel exclusivo dos profetas em “ver a anunciar” (p. 62), embora em meio à escuridão, justifica a superação das trevas em detrimento da iluminação visionária. Se o Verbo está imerso nas trevas (Mt 4,16; Lc 1,79), é necessário um duplo esforço de compreensão, a saber: o das trevas como ignorância, mas, também, como espaço de superação, iluminação e visão da luz *que fez das trevas morada*. Portanto, há na tradição

judaico-cristã uma visível opção pela luz valorizada em seu aspecto epistêmico. No que se refere à negatividade ontológica, o *Gênese* (1,1-2) é exemplar ao afirmar as trevas como, na Criação, sinônimo de destituição de ser.

Analisando, passo a passo, a relação entre treva e noite nos “dias” da Criação, Gontijo observa que no segundo e terceiro dia, a noite figura como uma mera reminiscência das trevas originárias, que recebe, somente no quarto dia, os luzeiros que iluminarão a terra promovendo, inclusive, consequências litúrgicas. No aspecto ético, a projeção de imagens, pós-morte, das “moradas finais” são consequências, diretas, da oposição luz e escuridão. Aos eleitos o reino de luz, aos condenados o reino das trevas. Mistério, perdição, escuridão são aspectos que contribuíram, de modo decisivo, para a afirmação do pecado como desvio, agostinianamente, da luz que é Deus.

Às conexões, derivadas do epistemológico, ontológico e ético, soma-se, por fim, a negatividade estética. Beleza e luz, noite e ausência. Polaridades que definiram uma concepção estética baseada na valorização da luz, uma metafísica da luz, que tem suas expressões, desde aspectos poéticos presentes, por exemplo, no *Cântico dos Cânticos* (tez morena), que desvalorizam o registro do “escuro”. O autor cita, ainda, as *Homilias sobre o Cântico dos Cânticos* de Gregório de Nissa como expressão do vínculo entre escuridão e pecado (p. 80).

Finalizando o capítulo sobre a tradição judaico-cristã, Clovis Salgado realiza, com o auxílio do grande estudioso da tradição iconográfica, Paul Evdokimov, um percurso pela arte pictórica e nos mostra, a partir de exemplos como do ícone *Natividade de Cristo*, a sobreposição, mediante os tons negros e luminosos, da imagem do menino Jesus sobre a negra gruta, da luz sobre o *habitat* das trevas.

Uma ideia que bem resumiria esse capítulo seria pensar a estética medieval a partir do que alguns comentadores chamaram de metafísica da luz.

É importante sublinhar como a modernidade absorveu, sob o domínio do “iluminismo”, os preconceitos aqui elencados. O tão consagrado “Século das luzes” não deixa de ser mais uma expressão histórica de um longo embate. Francis Bacon, D’Alembert, Montesquieu, Descartes, Leibniz, Huygens e Spinoza, são alguns autores que Clovis Salgado cita como pensadores das “ideias ou imagens “claras e distintas” (p. 87). Nem mesmo o romantismo, período em que muitos aspectos da experiência noturna serão resgatados, escapou de uma desvalorização ou continuidade dos preconceitos em relação à noite.

Não seria por casualidade que Victor Hugo, faria da escuridão noturna expressão do nada em oposição ao branco e nascer do Sol como imagens de Deus. A música não ficará incólume à análise negativa do simbolismo noturno. Mozart, J. H. Campe, o poema *Die Nacht* de H. V. Gilm zu Rosenegg, musicado por Strauss, revelam esforços por eliminar a beleza da noite. Um caso especial, nas relações da filosofia com o noturno, encontra-se nas análises de Burke e Kant que, segundo Gontijo, postulam, no noturno, uma potencialidade positiva ao associá-lo ao sublime. A esfera estética é pensada, não somente em seu aspecto positivo, mas ameaçador e terrível (p. 93). Teríamos com a entrada do “sublime” uma possibilidade de valorização estética dos motivos da noite e da escuridão? O terceiro capítulo intitulado: *Dissolução do problema: a descoberta da faculdade noturna*, busca responder.

O terceiro capítulo, centrado em temas como o gênero poético alba provençal, a mística cristã, a pintura barroca, o ro-

mantismo e o pensamento de Vladimir Jankélévitch, seguem o desenvolvimento do trabalho, desta vez, explorando a inefabilidade noturna em sua fecundidade. Sobre a *alba provençal* o autor ressalta a união amorosa, expressa em poesias que superaram e subverteram a moralidade cristã, presente nos versos de Ambrósio e Prudêncio. Bem como na mística cristã em que a escuridão toma aspecto hiperôntico.

A privação da luz como metáfora para uma experiência divina, que faz do Absoluto objeto de amor e morada, caracteriza grandes místicos e místicas cristãs. Eckhart, Tauler, Teresa D'Ávila, Juan de la Cruz, são somente alguns que figuram como objetos de interpretação por parte de Gontijo. A recorrência ao *Cântico dos Cânticos*, em uma chave interpretativa que inverte a polaridade dia/noite e valoriza, graças ao amor como centro da experiência mística, a escuridão noturna, tomada como espaço e simbolismo de uma vivência radical, é, sem sombra de dúvida, um tema recorrente na tradição mística cristã. Uma consequência, também importante nessa reforma poético-filosófica realizada pelos místicos, reside na superação de Deus (Amado) de sua condição ôntica e, conseqüentemente, de uma experiência estética puramente objetiva ou "luminosa".

Isso poderemos constatar, como bem sublinha Clovis Salgado, na pintura barroca que, pelo velamento invoca o infinito (tema do tópico 3.3 desse capítulo). Em oposição à pintura do século XVI, a pintura barroca ousa assumir os aspectos noturnos, contrariando o ideal de clareza, como fonte de luminosidade. Luca Cambiaso, Caravaggio, Bellange, Goltzius e Rembrandt, são artistas que fizeram das suas palhetas expressões de uma "poética da obscuridade" (p. 108) em que arte e mística dialogam. A pintura barroca, como a mística, tem

no excesso, poético e pictórico, a busca de representação do irrepresentável.

Aprofundando, uma vez mais, a relação entre o sublime, presente na segunda metade do século XVIII, Clovis Salgado, recupera a discussão do tema a partir do pensamento de E. Burke para expressar sua valorização do simbolismo noturno, fundamentalmente, na experiência estética pessoal de quem contempla. Gontijo chega a cogitar a possibilidade de uma arte, graças a associação com o sublime, estruturada na eliminação dos paradoxos já enunciados como claro/escuro, dia/noite, luz/treva. Uma arte, segundo o autor, pautada no horizonte da sublimidade (p. 112).

No período do romantismo, Novalis, Albert Bégin e Richard Wagner, são alguns autores trabalhados na perspectiva de uma reintegração, em função do distanciamento em relação aos sentidos, com a totalidade que permitiu uma "supervalorização da experiência noturna" (p. 116). A noite ganha destaque passando a ser enaltecida no romantismo associando gozo erótico e místico. O que, do ponto de vista da relação com o todo (o Uno) abre para uma experiência estética pela/e/na sensualidade, mas, também, da transcendência. Realizado esse percurso, dos gregos ao romantismo, o autor introduz o tema da fecundidade da experiência noturna como experiência auditivo-visual a partir da obra do filósofo francês Vladimir Jankélévitch, tema da segunda parte do livro.

Na abertura do capítulo temos uma afirmação bastante provocativa, mas central para a tarefa proposta, a saber: de todos os "lugares" a música seria aquele que melhor atentou, na cultura ocidental, para o motivo da fecundidade da noite. O ponto de partida está na ideia de que, no romantismo, mais do que título, noturno se tornou música, gênero musical específico (p. 131).

Clovis Salgado observa que, além do noturno para piano, criado por John Field (1782-1837) e consagrado por Chopin (1810-1849), ao longo do século XIX encontra-se uma profusão de peças para pianos dedicadas à noite (p. 133). Nesse aspecto, é importante o acesso ao pensamento de Jankélévitch que, por sua vez, sustenta, apoiando-se em composições do século XIX e XX, uma essência noturna ao fenômeno musical, em três momentos da sua obra, seriam eles: a) em *Le nocturne* (1942 editado em 1957), em *La musique et l'ineffable* (1961) e em *Quelque part dans l'inachevé* (1978). O que interessa pontuar é a existência, em Jankélévitch, de uma certa compreensão da noite que Clovis Salgado desenvolve no capítulo intitulado *A imersão no tempo*.

Herdeiro direto do pensamento de H. Bergson, Jankélévitch redirecionou a dimensão musical para a dimensão temporal, o que acarretará consequências originais que serão exploradas ao longo desse capítulo. Desde a relação da música com o devir, passando pela divisão em dois regimes contrastantes de apreensão do mundo (ótico-diurno e auditivo-noturno) (p. 139), o que leva a uma distinção entre um modelo visual e outro auditivo, a noite é abordada vinculada à essência mesma da música.

Do tempo para a dissolução de contornos, o pensamento de Jankélévitch dialoga, ao longo do subcapítulo intitulado *Subtração de contornos*, com autores como Nietzsche, Tauler, Suso, Ivan Lins, Victor Martins, visando expressar, ao modo dionisiano, a dissolução dos traços individuais em direção a uma comunhão espiritualmente transformadora mediante o princípio de *comunhão oceânica* (p. 157). Assim como a experiência mística, a música assume o papel dissolvente, sob o signo da água, do “mar noturno” que, enquanto tal, aponta para o caráter irreduzível e de não acabamento do fenômeno sonoro.

No capítulo intitulado *Experiências indefiníveis: música, noite e tempo*, noções como indefinibilidade e inexpressibilidade são tematizadas, à luz do que dissemos anteriormente, isto é, da natureza informe e multiforme que a música assume em seu aspecto noturno. Música e tempo estariam, portanto, fora de uma experiência objetiva excluindo, assim, a relação sujeito-objeto. Teríamos, segundo a interpretação de Clovis Salgado, uma experiência imanente e transcendente. Uma imanentização do inefável, dirá nosso autor (p. 183). Obviamente que o termo inefável, aplicado à música, exige maiores esclarecimentos que se encontram ao longo desse capítulo, mas o fundamental consiste em entender que na “arte sonora há sempre uma “parte” obscura, não representativa, não referencial e vaga em termos expressivos” (p. 187).

Após estabelecer os vínculos entre o pensamento de Jankélévitch com a música em seu aspecto noturno, Gontijo faz uma recapitulação, no capítulo intitulado *Afinidades naturais: a intensificação da escuta e a ampliação sonora no período noturno*, e introduz aspectos presentes em poemas noturnos, como *Sob o céu estrelado* de Manoel Bandeira, de imagens sonoras e olfativa (p. 191). Em *La nuit*, de Théodore de Banville, há referência ao “perfume do ar” e em Saint-Exupéry, no *Voo noturno*, temos presente a necessidade de estímulo do olfato. Não somente o olfato, mas o tato também figura como requisito para a experiência noturna. Estas imagens, já presentes, sob forma de erotismo, no *Cântico dos Cânticos* ou na *Noite escura*, de Juan de la Cruz, apontam para a conjunção de sentidos estimulados, precisamente, pela inefabilidade noturna. Paradoxalmente, os sentidos, antes tidos como “entraves” são, na ótica do noturno, recuperados sob a fórmula mística de um ver sem visão. Fechar os olhos para ouvir. O

texto apresenta diversos exemplos que ajudam, o leitor, na compreensão dessa complexa relação entre os sentidos e a sonoridade noturna.

O privilégio da audição, sob a visão, é interessante e permite a aproximação, uma vez mais, entre o pensamento de Jankélévitch e a tradição mística que fez da escuta uma visão capaz, como a noite cósmica, de tornar visível o invisível. No capítulo intitulado “Insularidades” e “parênteses encantados”, Clovis Salgado, segue refletindo sobre o pensamento de Jankélévitch, dessa vez, em diálogo com o pensamento surrealista para o qual a noite assumiu um papel de protagonismo central. O silêncio faz sua aparição no texto, no capítulo *Uma aproximação pelo silêncio*, junção do capítulo anterior, o silêncio congrega aspectos insulares e oceânicos que são trabalhados de modo rigoroso ao longo do texto.

A partir da tríade silêncio, noite e música, o autor desenvolve sua análise tomando o silêncio em dois sentidos: absoluto (vazio) e quietude sonora. No primeiro caso, a insuportabilidade, no segundo, o resguardar. Estamos diante do aspecto de supressão, exigido pela música como expressão de contemplação, suspensão das “ocupações verborrágicas do dia” (p. 248). Cumpre ressaltar a ambivalência que o silêncio comporta e que é destacada ao longo do capítulo, ou seja, o silêncio pode ser tomado enquanto vazio e, também, pleno. Como expressão do indizível e do inefável, o silêncio oscila na ambiguidade em que noite e música se encontram.

O autor, assume e enfrenta a ambiguidade da temática, ao longo de todo o capítulo, baseando-se, sempre, em exemplos que, como os demais

presentes no livro, são esclarecedores no que concerne a complexidade da temática abordada em suas progressivas fases e autores. Os subcapítulos *O crepúsculo e a noite: modalidades distintas de ambiguidade* e *A experiência musical: ambiguidade crepuscular ou noturna?* são centrais para a compreensão da posição de Jankélévitch acerca da ipseidade da arte sonora. Finalmente, o último capítulo *Substantivos femininos* coroa o trabalho ao apontar para as relações entre a mulher, a noite e a música a partir da obra *La musique et l'ineffable* de Jankélévitch.

Se, historicamente, pesou sobre a mulher, uma suspeição em relação à sua natureza, os elementos da noite associados à música inverteram tal desconfiança. Obras musicais e literárias, como a *Sonata de Kreuzer*, *Don Giovanni* de Mozart, *D. Paula* de Machado de Assis são interpretadas visando compreender em que medida a imagem feminina, bem como a musical e a noturna, são, frequentemente, objetos de reprovação, *temor e desconfiança* (p. 335). De modo que o livro *Ressonâncias noturnas: do indizível ao inefável*, de Clovis Salgado Gontijo, mais do que uma reflexão sobre o simbolismo do noturno, é um convite para um passeio em que filosofia, música, religião, literatura e arte permitem, de modo integrado, a construção de uma argumentação, rica em exemplos e imagens, que fazem desse trabalho um caso raro na bibliografia brasileira no que se refere ao tema da mística ou do sagrado em seus aspectos de indizível e inefável.

Cicero Cunha Bezerra  
Universidade Federal de Sergipe, Filosofia

MCGEE, Glenn. *Bioética para iniciantes: 60 casos e advertências da fronteira moral do serviço de saúde*. Tradução de Bárbara Theoto Lambert. São Paulo: Edições Loyola, 2016. 168 p. ISBN: 978-85-15-04352-1.

O livro de Glenn McGee (1967-) é mais um livro da excelente coleção de bioética da Edições Loyola. Além disso, esse é o tipo de livro que estava faltando nas coleções brasileiras de bioética. *Bioética para iniciantes* ilustra os grandes dilemas postos pelas novas tecnologias e escolhas médicas. Os casos, recolhidos das manchetes dos jornais sobre medicina e ciência, são abordados um a um e apontam para o lado social, econômico e jurídico da medicina no século XXI. Ao mesmo tempo, o livro oferece ao leitor uma base informada para responder questões de ordem pessoal e prática. Desse modo, *Bioética para iniciantes* é uma excelente introdução às questões éticas que tornam a ciência realmente interessante.

Glenn McGee ensina bioética no programa de pós-graduação em administração da saúde, na Universidade de New Haven. Ocupou diversos cargos de ensino e direção nos centros de bioética em que passou nos Estados Unidos. É o fundador do *American Journal of Bioethics* (1999), do qual ocupou o cargo de editor-chefe por uma década. Editou a série de livros *Basic Bioethics* da MIT Press por 15 anos. É membro de diversos conselhos editoriais de periódicos de ciência, medicina e ética. É autor de três livros: *The Perfect Baby* (2000), *Beyond Genetics* (2003), e *Bioethics for Beginners* [Bioética para Principiantes] (2012). E organizador de outros três livros: *The Human Cloning Debate* (2002), *Pragmatic Bioethics* (2003), e *Who Owns Life?* (2002), junto com Arthur Caplan e David Magnus.

Ler e refletir sobre casos concretos contribui muito para que a ética se torne viva para os estudantes. Os bons

casos prendem a atenção, envolvem a imaginação e mostram as implicações na vida real das teorias éticas abstratas, ideais, compromissos e políticas. Encontrar bons estudos de caso é difícil e demorado para os professores, e, por isso, o livro de Glenn McGee chamou minha atenção. De acordo com a proposta do livro, seu público alvo são as disciplinas de bioética, de ética médica e de ética aplicada. O livro, nesse sentido, parece promissor.

O livro de McGee contém dez capítulos, ou “advertências”, além de uma conclusão. Cada capítulo é constituído de três a nove casos vagamente “associados”. Os casos são aproximadamente de uma página e meia cada um, mas variam significativamente em extensão. Os casos mais curtos têm aproximadamente uma página (casos 12 e 49) enquanto que o mais longo é de doze páginas (caso 59).

Todos os sessenta casos, bem como as duas seções que compõem a conclusão, são material reimpresso. Uma vez que os capítulos não começam com uma introdução, mas se constituem apenas em casos, o único material novo no livro é o Prefácio, de quatro páginas. Vinte e cinco dos casos provêm da coluna *Breaking Bioethics* do site de notícias MSNBC (<https://www.msnbc.com>), e a maioria dos casos restantes vem da revista *The Scientist* (<https://www.the-scientist.com>) ou do blog do *American Journal of Bioethics* (<http://www.bioethics.net>). A abordagem e o tom dos casos variam significativamente, como seria de esperar devido às suas origens. Todos os casos foram originalmente publicados em 1998-2001 e 2004-2007. Mais casos foram publicados originalmente em 1999 do que em qualquer outro ano, embora a maioria dos casos tenha aparecido pela primeira vez entre 2005 e 2007.

McGee declara brevemente no Prefácio e Agradecimentos que a abordagem

geral do livro enfatiza a criação de regras sábias e pragmáticas. As “[r]egras definem o objetivo moral do mundo em que vivemos” (p. xvi), diz McGee. Como essas regras devem ser formuladas? Ele recomenda que se comece com “um olhar pragmático para o passado e as metas inerentes a nossa natureza humana” (p. xvii) e, em seguida, “sistematiza[r] as ‘novas regras’ para a ciência e a medicina ética no século XXI” (p. xvi). Embora esta compreensão e abordagem da ética seja aparente no livro, continua a ser uma suposição em segundo plano e não é teoricamente desenvolvida ou defendida. Isto é apropriado dada a natureza do livro.

McGee geralmente escreve em um estilo claro e coloquial que os alunos devem encontrar acessíveis. Em outras partes, ele é bastante espirituoso e divertido. O detalhado índice remissivo facilita a busca de tópicos e casos específicos.

Os casos selecionados cobrem uma ampla gama de tópicos interessantes, muitos fora do repertório padrão das aulas de bioética ou ética biomédica. Além dos problemas abordados que variam de honestidade e integridade à ética reprodutiva, o livro trata de temas como a eliminação da menstruação (caso 5, “Não mais menstruação, ponto final”) e o impacto da televisão sobre a percepção sobre a saúde dos americanos (caso 43, “Falta realismo aos documentários médicos”).

Alguns dos casos de McGee fazem um bom trabalho ao apresentar claramente uma questão específica ou caso concreto e avaliá-lo. Por exemplo, o caso 22 (“Sepultura que rouba o berço”) explica a origem incomum do bebê Brandalyn, que foi concebido após a trágica morte de seu pai. McGee conta a emocionante história de como Gaby Vernoff, a mãe da criança, encontrou um médico que estava disposto a remover o esperma de

seu marido falecido, congelá-lo e, mais tarde, ajudou Vernoff a conceber o bebê Brandalyn. McGee levanta uma série de pontos interessantes e significativos, pois avalia eticamente o caso. Este é o tipo de caso que prende a atenção dos alunos e gera uma boa discussão.

Alguns casos, próximo ao final, incluem uma série de perguntas, o que seria útil para discussões em aula ou instruções de escrita. Por exemplo, o caso 8 (“Células-tronco: a melega da vida e o debate do século”) começa por discutir a pesquisa com células-tronco e conclui com três questões-chave que são explicadas nos vários parágrafos finais, mas deixam o leitor se debater com a questão e responder.

Eu esperava que o livro *Bioética para iniciantes* fosse cheio de casos como os casos acima descritos, que são concretos e envolventes, que fornecem antecedentes suficientes para estudantes introdutórios e que incluem boas questões para discussão e reflexão. Esse livro seria um recurso valioso. Mas, infelizmente, os casos acima não são representativos do livro de McGee como um todo. Os tópicos de alguns casos não pertencem a este livro. Outros casos têm valor e interesse limitados por vários motivos. Finalmente, o livro não possui uma série de características que o tornariam útil para os professores e acessíveis aos estudantes.

O subtítulo do livro, *60 casos e advertências da fronteira moral do serviço de saúde*, é um pouco enganador, assim como a promessa, que aparece no Prefácio, para mapear este campo usando 60 casos tirados das manchetes e do mundo da medicina e da ciência. Muitos casos são melhor descritos como problemas. E eles são frequentemente discutidos de forma abstrata e não concreta. Por exemplo, o caso 20 (“Argumento contra a clonagem humana”) é uma peça argumentativa substancial e de sete páginas que usa

leis de adoção como modelo para defender restrições à clonagem humana. A peça é válida para a leitura dos alunos, mas não é um caso.

Casos, como os acima mencionados, são pelo menos úteis para os tipos de aulas que este livro almeja, mas vários outros casos não se encaixam bem em um curso de ética biomédica ou bioética, especialmente um tópico padrão abrangente. Por exemplo, alguns casos podem ser úteis em uma aula de ética ambiental, mas são dificilmente “casos e advertências da fronteira moral do serviço de saúde”. Por exemplo, o caso 53 (“Quer peixe? Primeiro a ética, por favor”), aborda a questão do excesso de pesca e convida para o cuidado ambiental responsável. Faz apenas algumas referências passageiras a tópicos da ética biomédica.

O caso 2 (“*Design*: a cada dia mais inteligente”) é outra inclusão estranha. A peça critica certas perspectivas religiosas sobre biologia sintética. Embora a relação entre as perspectivas religiosas e a biologia sintética seja interessante e um tema apropriado, a peça é principalmente uma plataforma para que McGee discuta contra os defensores do design inteligente e a decisão do tribunal de 2005 de que as escolas do Kansas aprendam sobre “a complexidade irreduzível”. São questões interessantes, mas não são boas para o livro.

Alguns casos relacionados à ética biomédica têm um tom e foco que poucos professores acharão apropriados ou úteis. Por exemplo, o caso 39 (“Seu médico tem segredos vergonhosos? Boa sorte para descobri-los”) se parece com uma coluna de conselhos sobre como escolher um médico. “Então, o que é preciso saber sobre erros médicos e como se proteger?” (p. 91), pergunta McGee. Em vez de “clicar ‘Dr. Smith’ em <doeshehurtpatients.com>”, McGee aconselha a “pagar por um tempinho

extra no consultório para conhecê-lo”, ou mesmo, “fazer um trabalhinho de detetive, perguntando a outros pacientes o que pensam a respeito dele” (p. 92). Esses são conselhos sólidos, mas dificilmente são coisas de um curso de ética.

Apesar da amplitude dos tópicos abordados em *Bioética para iniciantes*, existem algumas omissões notáveis. Por exemplo, se você está procurando casos focados em suicídio assistido, eutanásia ou aborto, você está sem sorte.

Em doze páginas, o caso 59 (“Professor Hurlbut, seus quinze minutos acabaram”) é o mais longo, de longe, e mais longo do que alguns capítulos inteiros de outros livros. Nesse caso, McGee apresenta algumas críticas bem merecidas. No entanto, o caso não garante um tratamento tão extenso. A seleção é descomprometida porque é compilada a partir de postagens de blog, pois cada seção foi uma publicação separada. Enquanto o sarcasmo e os gracejos de McGee podem ser agradáveis em pequenas doses, como em postagens adequadas para um blog, elas se tornam cansativas em uma seleção tão longa.

A utilidade do livro seria aumentada significativamente se ele contivesse breves apresentações aos capítulos, conexões editoriais entre os casos, peças opostas nos mesmos “casos” ou respostas às peças da opinião de McGee, e perguntas de reflexão ou discussão no final de cada caso. Os únicos casos que concluem com perguntas são os poucos que foram originalmente publicados dessa forma.

Vários casos avaliam ou se referem a notícias que eram atuais quando as peças foram originalmente publicadas. Uma vez que o público original seria familiar com estas notícias, muitas peças pressupõem uma quantidade razoável de familiaridade e conhecimentos bási-

cos. Quando *Bioética para iniciantes* foi publicado, essas peças perderam seu contexto original. Quando *Bioética para iniciantes* foi traduzido ao português brasileiro, essas peças ficaram ainda mais distante de seu contexto original. E isso tornará alguns casos difíceis para os alunos de graduação. Por exemplo, o caso 48 (“Algumas conclusões do caso Terri Schiavo”) consiste em uma série de postagens de blog sobre o caso então atual, que terminou em 2005. Os alunos podem reorganizar ou reconstruir o caso a partir do que leram na seleção, mas o caso Schiavo nunca é claramente explicado. Como inúmeros casos não apresentam um caso como comentário, esses “casos” já estão envelhecidos e envelhecem rapidamente. Não se pode esperar que os estudantes universitários relembrem os detalhes das notícias de seus anos de ensino fundamental.

Algumas peças são tão desatualizadas que são meramente históricas. Na era do Obamacare, é encantador ler uma peça de 1999 intitulada “Serviço de saúde ‘universal’: ainda está muito longe” (caso 31).

Vários casos (ou seja, peças de opinião) teriam sido úteis se fossem apresentados lado a lado com uma peça oposta. Mas eles não estão dispostos dessa maneira e ter que encontrar peças opostas (e talvez leituras de fundo), em grande parte, frustra o benefício de uma coleção editada. Sem seleções opostas, várias peças da opinião de McGee oferecem aos alunos reflexões unilaterais sobre o caso ou assunto em consideração. Isso não permite que os leitores decidam por si mesmos exatamente o que o futuro da ciência deveria ter, como aparece no Prefácio do livro.

Em uma nota semelhante, algumas seleções não possuem explicações simpáticas, caritativas e adequadamente desenvolvidas dos pontos de vista ou indivíduos que McGee continua a criticar. Um exemplo é o caso 17 (“Da insegurança nasce o aprimoramento”), que oferece uma crítica mordaz a Carl Elliott e Leon Kass. A abordagem de McGee pode ter sido apropriada no contexto do blog original. O público pretendido teria estado familiarizado com os pontos de vista sob escrutínio, mas para os alunos de graduação que leem essas peças isoladamente, uma década ou mais depois, elas oferecem críticas bastante unilaterais sobre posições mal explicadas. Isso não quer dizer que as críticas de McGee sejam necessariamente infundadas, mas é uma grande falha em sua apresentação, dada a nova audiência. Além disso, algumas peças dependem mais de um toque retórico do que um inquérito cuidadoso, um engajamento sério e uma argumentação matizada.

Em resumo, a ideia por trás de *Bioética para iniciantes* é boa. Embora algumas seleções ofereçam essa ideia, a maioria não. Como um todo, o livro não é fácil de ser usado por professores ou alunos. Se você está procurando por uma coleção de casos para complementar uma aula de bioética, ética médica ou uma de ética geral com ênfase em biomedicina, o livro em questão ajuda pouco.

Diego Carlos Zanella  
Centro Universitário Franciscano, UNIFRA  
Santa Maria, RS

DRAWIN, Carlos Roberto; FERREIRA NETO, João Leite; MOREIRA, Jacqueline de Oliveira, (Orgs.) (2016). *A Filosofia na Psicologia: diálogos com Foucault, Deleuze, Adorno e Heidegger*. São Paulo: Edições Loyola. Coleção Humanística. Vol. 31, 205 p.

Por vezes, ao longo da tradição intelectual brasileira, uma obra oriunda do campo das Ciências Humanas nos é legada e, como tal, acaba por enriquecer, significativamente, a cultura filosófica de nossa comunidade científica. Este nos parece ser, de fato, o caso do livro *A Filosofia na Psicologia: diálogos com Foucault, Deleuze, Adorno e Heidegger*.

Escrito por vários pesquisadores de referência nos campos da Filosofia e da Psicologia no Brasil, mas concebida inicialmente por quatro e finalmente organizada por três renomados professores, esta obra marca, de maneira seminal, a discussão em torno das influências e das bases filosóficas que ajudaram a compor, histórica e socialmente, o advento da Psicologia no mundo ocidental. Vale dizer, esta importante publicação dos professores Carlos Roberto Drawin, João Leite Ferreira Neto e Jacqueline de Oliveira Moreira –que passou a fazer parte do universo acadêmico e filosófico brasileiro em 2016 – traça, de maneira profundamente instigante e reflexiva, o percurso que constituiu a Psicologia no seio da comunidade científica mundial, cuja característica marcante da sua evolução, ao longo desses quase 150 anos de fundação oficial, se dá pela via de uma contínua e intensa apropriação das diferentes correntes e epistemologias filosóficas que emergiram com a modernidade.

Nesta direção, para além de uma mera abordagem historiográfica ou referencial junto aos pensadores aos quais faz alusão, esta obra tem por objetivo não apenas estabelecer um vigoroso diálogo

junto à tradição, mas elucidar o contexto histórico, o arcabouço sociocultural, as contradições sistemáticas, as disputas entre ideias, os impasses e os vetos epistemológicos que fizeram parte da edificação da Psicologia, tendo em vista que, desde o seu nascimento, “a Psicologia foi estigmatizada pela suspeita de sua incapacidade básica de conciliar seu pretense objeto ou conteúdo fenomênico com a forma metodológica requerida pela objetividade científica” (p.16). Sendo assim, esta importante e provocativa compilação textual busca aclarar-nos as veias filosóficas que levaram a cabo a germinação e a consolidação da Psicologia enquanto ciência e profissão na modernidade.

No que tange à realização de um debate crítico-ilustrativo acerca do pano de fundo filosófico-cultural que ensejou a construção da ciência psi, o texto dos professores e pesquisadores Drawin & Moreira, apropriadamente intitulado de “A vocação filosófica da Psicologia” mostra-se exemplar e insuperável. Quer dizer, ao pintar com um estilo canônico e argumentativo (que sem dúvida nos faz lembrar a lúcida tradição intelectual iluminista) os bastidores que compuseram o palco a partir do qual entrou em cena a Psicologia, é um verdadeiro convite àqueles que desejam vislumbrar as condições de possibilidade do alvorecer da ciência psi. Quer dizer, ao resgatarem em seu texto as intrincadas condições que fomentam o estabelecimento de uma disciplina científica; o advento na modernidade da ideia de sistema como conjunto autônomo e logicamente consistente de proposições metafísicas; o impacto que a Revolução Científica do século XVII produziu no ocidente; os ideais do fisicalismo, os pressupostos do positivismo comteano; as teorias associacionistas dos ingleses e escoceses; a forte influência de Schopenhauer que estava por trás das investigações científicas de cunho empírico;

o impacto do pensamento de Dilthey no mundo científico e na Psicologia; o êxito e os impasses vivenciados pelo Behaviorismo; as ressonâncias causadas na filosofia pelo desenvolvimento das Neurociências, das ciências cognitivas e da Inteligência Artificial; bem como a necessidade de se elaborar, reflexivamente, uma Antropologia Filosófica que “talvez pudesse servir como forma de reconstrução racional aberta da experiência humana em suas múltiplas dimensões” (p.38), permite aos autores afirmarem que o recurso da Psicologia à Filosofia:

[...] não se restringe aos impasses de uma ciência em constante conflito consigo mesma; não se circunscreve apenas à função negativa de assinalar dificuldades epistemológicas talvez insuperáveis. Malgrado todas as contestações filosóficas, a Psicologia se implantou no mundo acadêmico e não cessou de se expandir enquanto profissão regulamentada, além de ter obtido notável êxito em sua influência sociocultural (p. 17).

No que toca a abordagem do pensamento de Michel Foucault, o professor e pesquisador João Leite Ferreira Neto realiza em seu texto, “Foucault ‘para exportação’ e na Psicologia brasileira: hipóteses iniciais”, um estudo de fôlego ao apontar de que forma e em quais condições sócio-políticas países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália, Alemanha, França, Argentina e Brasil receberam a filosofia de Foucault. Como aponta Ferreira Neto, o “‘Foucault para exportação’ se presentificou de diferentes modos em diferentes contextos, carregando diferentes sotaques e alguns aspectos em comum” (p.51). Quer dizer, as diferentes entradas pelas quais cada nação adentrou e se apropriou da obra foucaultiana esteve, em forte medida, diretamente relacionada com a conjuntura social,

cultural, acadêmico-filosófica, econômica, histórica e geopolítica vivenciada por estas civilizações. Ora, em função de possuir um escopo intelectual altamente inquietante e refinado, aliado a uma ampla envergadura quanto aos temas trabalhados em sua obra, Foucault possui a imensa singularidade – como ocorreu a poucos na história da filosofia – segundo a qual não nos é possível mensurar o impacto por ele exercido nos mais diversos setores, contextos, instituições e núcleos de pesquisa das sociedades. Não sem razão, por estes e por tantos outros motivos, Foucault é o pensador mais citado e referenciado nas pesquisas em ciências humanas, e isso não apenas no Brasil, como apontou Ferreira Neto. Nesta direção, a síntese realizada pela professora Izabel Friche Passos da obra de Foucault, em seu escrito “As pesquisas histórico-filosóficas de Michel Foucault: provocações para a Psicologia”, acompanha as reflexões de Ferreira Neto ao destacar as reverberações da produção foucaultiana nas sociedades modernas. Vale dizer, ao destacar que Foucault é dotado de uma “reflexão crítica sem concessões ao pensamento científico e filosófico modernos, que abala qualquer postura teórica dogmática sobre o humano, especialmente no campo dos saberes psi” (p.61), torna-se facilmente compreensível porque não é exagero dizer que este pensador francês “inaugura um modo de problematização *sui generis* para um filósofo, pois se volta para as práticas concretas que produzem transformações históricas profundas na cultura” (p.63). A preocupação de Foucault com as questões que se mostravam diretamente relacionadas com a vida ordinária não deixou de ser por isso, contudo, uma inquietação legitimamente filosófica; quer dizer, em última instância, o “seu problema sempre foi um problema filosófico: o de como nos tornamos o que somos na atualidade, quais as condições

gerais que permitiram o aparecimento de determinados comportamentos, objetos, conceitos e valores em uma dada época” (p.64). Assim, do seu modo único de produzir pesquisas de extrema relevância – mediante uma corrosiva reflexão filosófica – para a compreensão da dinâmica civilizacional das sociedades ocidentais modernas, advém a ressonância que Foucault provocou, com maestria, em diferentes áreas do conhecimento, principalmente nos campos da Filosofia, da Psicologia, da Psiquiatria, da Psicanálise, da Sociologia, da História e do Direito.

Quanto à Gilles Deleuze, coube a dois outros pesquisadores a tarefa de apresentarem de que forma suas ideias e concepções filosóficas – muitas vezes construídas em parceria com Felix Guattari – chegaram ao Brasil e impactaram nas formulações e práticas psi. A professora Roberta Carvalho Romagnoli realiza com o seu escrito “Sobre críticas e invenções: breve discussão acerca da inserção das ideias de Gilles Deleuze na Psicologia do Brasil” uma reconstrução que localiza, precisamente, a maneira pela qual as ideias esquizoanalíticas foram recebidas em terras tupiniquins, salientando, contudo, que a abordagem da obra filosófica de Deleuze não é tarefa fácil, dada a densidade e as intrincadas nuances que a permeiam. Entretanto, apesar do caráter complexo que a atravessa, a filosofia de Deleuze caiu, de bom grado, no gosto brasileiro. Considerável parcela desse sucesso receptivo se deve à atribuição que este pensador francês, conjuntamente com Guattari, conferiu à subjetividade. Quer dizer, com a proposta de “sair de si mesmo, transformar-se e habitar outro território” (p.88) a Esquizoanálise demonstra que é possível libertar-se de uma subjetividade até então concebida de maneira simplista e dicotômica, sustentando, a um só tempo, que é possível aos sujeitos “não somente reproduzir,

mas também participar ativamente de sua subjetivação” (p.89). Nesta direção, como consequência do encontro com a filosofia da diferença pleiteada por Nietzsche, segundo destaca Eduardo Passos em seu elaborado texto “Afinidades eletivas entre a Psicologia e o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari”, a fecunda reflexão filosófica desses pensadores possibilitou que a Psicologia passasse a habitar uma “zona de indefinição” onde “conceitos e novos problemas são criados” (p.98). Quer dizer, ao deixar-se afetar pelo devir e pela imanência, a ciência psi percebe então que “a realidade se apresenta como um sistema fractal, em que cada elemento comporta o todo ou é germe dinâmico para outras totalizações” (p.101).

No que diz respeito a Adorno, bem como em relação à influência que este exerceu na Psicologia, o texto do Professor e pesquisador José Leon Crochík, “Theodor W. Adorno e a Psicologia: algumas notas”, realiza uma compilação de fato panorâmica em torno do assunto. Enquanto um dos mais importantes pensadores do século XX, Adorno, em conjunto com Horkheimer, Benjamin, Marcuse, Fromm e outros – todos eles membros da Escola de Frankfurt e representantes da Teoria Crítica da Sociedade – não apenas contribuiu com pesquisas realizadas no campo da Psicologia, mas manteve sempre uma postura de contundente crítica filosófica diante dessa ciência, principalmente em relação à Psicanálise – pela qual, aliás, nutria grande apreço sem deixar, contudo, de reconhecer os seus limites. Em oposição ao Idealismo e ao Empirismo (muito em voga em sua época) e ancorado em pressupostos do Materialismo-Histórico-Dialético (herança do pensamento marxista), o frankfurtiano, ao transitar por diferentes vertentes das ciências humanas – como Filosofia, Sociologia, Antropologia, Educação e Música – pontua que a Psicologia é

uma ciência importante para auxiliar na compreensão dos indivíduos, mas isso a partir do momento em que ela, tanto em suas análises quanto em suas práticas, não desconsidere o contexto sócio-político, econômico, simbólico e cultural em que os mesmos encontram-se inseridos. Vale dizer, “admirador do processo de esclarecimento, presente no progresso social e no desenvolvimento da razão, ainda que ciente de suas contradições” (p.125), Adorno “explicitou a dependência da psique do domínio social; sem desconhecer a importância da esfera psicológica, sempre considerou seus determinantes sociais” (p.125). Neste sentido, enquanto seguidor de Hegel e da consequente defesa de que só o todo é verdadeiro, o filósofo de Frankfurt era fortemente crítico da terapia de cunho individualista, dado que a cegueira produzida pelo particular, “é o que torna falsa qualquer tentativa de libertação pela terapia, que gera, antes, o seu oposto: o cativo, o fechamento em si mesmo, o que leva o indivíduo após muito tempo de análise a julgar que é o único ou principal responsável por seus infortúnios” (p.127). Ao incrementar esta discussão com seu escrito “T. W. Adorno e a Psicologia: notas a partir da Minima Moralia”, o Professor Ari Fernando Maia confere a Adorno – mediante uma análise dos aforismos presentes na obra supracitada do frankfurtiano – a importante tarefa de ser um verdadeiro crítico do seu tempo, para o qual a tentativa de dissolver a falsa aporia existente entre indivíduo e sociedade (orquestrada pela modernidade) é um dos seus principais intuítos como pensador. Quer dizer, munido de uma grande capacidade intelectual, o filósofo de Frankfurt pode pontuar que todo aquele saber do campo psi que estivesse voltado para a perpetuação da alienação entre indivíduos deveria ser rejeitado. No entender de Maia, dado o caráter agudo e voraz do pensamento

de Adorno, há motivos de sobra para compreender porque as suas ideias mostram-se ainda tão indispensáveis não apenas para a Filosofia, mas também para que a Psicologia possa pensar a si mesma de maneira eminentemente autocrítica, pois somente assim a “Ciência da Alma” (*Psychologia*) conseguirá impedir que as suas práticas e saberes acabem por retroalimentar – como por vezes fizeram ao longo de sua história – a manutenção e a perpetuação do véu da ignorância tão característico das sociedades capitalistas. Portanto, mediante uma primorosa reflexão filosófica, Adorno nos auxilia a perceber “o limite radical de todo procedimento psicológico que proponha qualquer modalidade de ‘cura’ ou ajustamento dos indivíduos” (p.143).

Já no que se refere à Heidegger e sua relação com o campo psi, o Professor José Newton Garcia de Araújo, em seu texto “Heidegger: entre a psicologia e a política”, constrói uma interessante síntese do pensamento desse autor – a partir da análise da maior obra do filósofo alemão, *Ser e Tempo* – com o objetivo apontar, mediante o entrelaçamento dos conceitos heideggerianos de *temporalidade*, *cuidado* e *angústia*, de que forma a Psicologia, principalmente em suas vertentes fenomenológica e existencial-humanista, se apropriou do pensamento desse autor que é considerado por inúmeros críticos mundiais como o mais importante filósofo do século XX. Como destaca Araújo, diante da constituição daquilo que Heidegger denominou de “analítica da existência” (*Daseinsanalytik*), é inegável que se abriu um vasto campo de pesquisa para a Psicologia. Contudo, a transposição do pensamento de Heidegger, operada por parte dos psicólogos, para a realização de uma análise da existência humana, foi, por vezes, permeada de equívocos, uma vez que muitos profissionais desconheciam “a orientação propriamente

ontológica dessa obra e a interpretaram em uma perspectiva estritamente antropológica” (p.159). Quer dizer, qualquer tentativa de apropriação do pensamento heideggeriano, sem a devida mediação filosófica, como destaca Araújo, soa como “uma tosca simplificação”, visto que é inóspito

querermos extrair do texto de Heidegger “diretrizes terapêuticas”, no sentido da superação da alguns *existenciais*, como “inautenticidade”, a impessoalidade do “a gente” (*Man*), a “caída” (*Verfallen*) na cotidianidade, a fuga da angústia ao medo, a “ambiguidade” (*Zweideutigkeit*), a “avidez de novidades” (*Neugier*), a “tagarelice” (*Gerede*) etc. (p.160).

Ora, mesmo em vida, o próprio Heidegger questionava “o limite da abordagem objetivante do pensamento científico e tecnicista que fundava as práticas da medicina, da psiquiatria e da psicologia” (p.164). O filósofo alemão, contudo, não pretendia negar estes saberes, mas propunha um olhar alternativo a eles. Neste sentido, o texto “Entre a metafísica e a experimentação heideggeriana: caminhos para a psicologia”, escrito pela Professora Cristiane Monteiro Mattar, procura enfatizar que a reflexão heideggeriana “traz importantes contribuições para se pensar a psicologia a partir de referenciais outros, que não científico-naturais, pois apresenta os fenômenos ontológicos que permitem falar em espaço, tempo, causalidade e modo de ser do homem” (p.172), demonstrando, assim, que o “*Dasein* humano nunca é passível de objetivação” (p.173). A partir dessa constatação, podemos então dizer, à luz de Heidegger, que aquilo que edificou ou pelo menos deveria edificar o saber psi – no mundo é a

*Situação de se estar junto ao outro no mundo, onde o outro sempre interpela como um Dasein existente, ou*

seja, se está relacionado ao outro mutuamente de maneira existente. Independentemente do assunto em uma conversa, o outro me interessa e ao mesmo tempo se interessa por mim, como *Dasein* que existem juntos no mundo. A prática psicológica tem como fundamento ontológico esse interesse, é como base nele que tal área se configura onticamente, revelando-o (p.179).

Por fim, escrito do professor João A. MacDowell, fecha, de maneira peculiar, as reflexões propostas pelo livro. Em seu texto “Aspectos da questão ética em Ser e Tempo”, Mac Dowell realiza uma precisa análise do pensamento de Heidegger acerca da ética, sem deixar de cotejar as principais reflexões, acerca da temática, que a tradição filosófica ocidental legou-nos desde a Antiguidade. Dessa forma, ao trabalhar a questão da liberdade ao longo do seu escrito, Mac Dowell nos diz que, para Heidegger, “o próprio ser/essência do ser humano, enquanto existência e liberdade, já é concebido como agir, como exercer (*Vollzug*) ou acontecer (história) da liberdade, como assunção de possibilidades de ser-no-mundo, escolhidas ou não propriamente” (p.193). Para Mac Dowell, será justamente este ponto do vigoroso pensamento de Heidegger que mais interessará à Psicologia, tendo em vista que:

A ênfase na liberdade, para além da liberdade de escolha, como pura autodeterminação incide diretamente tanto na teoria como na prática psicológica. Com efeito, a psicologia pretende, quanto possível, esclarecer e administrar os processos psíquicos em vista da correção de seus desvios e da orientação de suas potencialidades à luz de determinados padrões de normalidade psíquica. Ora, tais padrões, enquanto pretendem valorizar a autêntica

dignidade humana, não podem deixar de confluir na afirmação da liberdade. Neste sentido, a tarefa da psicologia pode ser entendida como capacitar ou libertar para a liberdade (p. 202).

Assim, mediante todas as instigantes reflexões e consistentes análises apresentadas pela obra *A Filosofia na Psicologia: diálogos como Foucault, Deleuze, Adorno e Heidegger*, torna-se esclarecedor que se, por um lado, é fundamental não desconsiderarmos que a contundente busca da Psicologia pela sua afirmação e autonomia enquanto uma ciência independente visa, sem sombra de dúvidas, “estabelecer sua inserção e construção de identidade no sistema global de saberes” (p.18), por outro, não é menos importante notarmos que o reconhecimento de sua constante recorrência e apropriação de outros saberes, principalmente daqueles oriundos da filosofia, não a torna menos legítima. Ao contrário disso, a nosso ver, tal aporte à Filosofia contribui enormemente para colocar a Psicologia no patamar de um campo do conhecimento sempre aberto e em permanente construção; e isso tanto no que diz respeito à estruturação sempre múltipla de suas práticas e modos de intervenção, quanto naquilo que toca a sua sustentação enquanto teoria e saber científico.

Dessa forma, a escolha dos professores por contemplarem em sua obra a influência dos pensamentos de Foucault, Deleuze, Adorno e Heidegger no saber-fazer da Psicologia brasileira não é sem consequência. Vale dizer, além da inquestionável fecundidade e variabilidade de ferramentas conceituais e distintas perspectivas epistemológicas que estes filósofos ofertam aos saberes psi, cabe destacar que os sistemas de ideias aludidos no seio da cultura ocidental por estes pensadores contribuem não somente para elucidar um quadro interpretativo e histórico-referencial no qual se pauta a Psicologia aqui nos trópicos, mas também serve, principalmente, para demonstrar como estes ícones do pensamento do século XX são, de maneira contumaz, de grande relevância para auxiliar os psicólogos na árdua e difícil tarefa de desvelar e compreender a dinâmica social, política, econômica, simbólica e intersubjetiva que atravessa, de maneira tanto singular quanto coletiva, os processos de subjetivação na contemporaneidade.

*Alysson Assunção Andrade*  
*Mestre em Filosofia (FAJE),*  
*Doutorando em Psicologia*  
*(PUC-Minas)*